TURISMO E RECURSOS NATURAIS: O LUGAR DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ECOTURISMO

RESUMO

Os recursos naturais têm sido utilizados como importantes atributos para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Ao longo do tempo, com a necessidade de áreas de lazer, as unidades de conservação passaram a ser vistas como áreas potenciais para a prática do turismo. As tipologias de unidades de conservação permitem diferentes objetivos e utilização de seus espaços territoriais, e podem ser utilizadas, dentre outros, para o turismo ecológico. Os recursos naturais, nestas áreas, são vistos como o principal aspecto de atração turística. As dificuldades encontradas na relação dos recursos naturais e turismo residem hoje na necessidade de uma exploração sustentável destes recursos, assim como, a ausência de uma educação ambiental crítica entre gestores e visitantes, trazendo a tona problemas ambientais, e a consequente degradação ambiental das áreas conservadas.

PALAVRA-CHAVES: Meio Ambiente; Ecoturismo; Conservação.

TOURISM AND NATURAL RESOURCES: THE ROLE OF PROTECTED AREAS IN ECOTOURISM

ABSTRACT

The natural resources have been used as important attributes for the development of tourism in Brazil. Over time, with the need for recreation areas, the conservation units began to be seen as potential areas for the practice of tourism. The typologies of conservation units allow different objectives and use of their territorial spaces, and can be used, among others, for the ecotourism. The natural resources in these areas, are seen as the main aspect of tourist attraction. The difficulties encountered in respect of natural resources and tourism reside today on the need for a sustainable exploitation of these resources, as well as, the absence of a critical environmental education between managers and visitors, bringing the tona environmental problems, and the consequent environmental degradation of areas preserved.

KEYWORDS: Environment; Ecotourism; Conservation.

Nature and Conservation,
*Aquidabã, v.7, n.1, Nov, Dez 2013,
Jan, Fev, Mar, Abr, Mai, Jun, Jul,
Ago, Set, Out 2014.*

ISSN 2318-2881

SECTION: Articles

TOPIC: Ecoturismo

DOI: 10.6008/SPC2318-2881.2014.001.0004

Elfany Reis do Nascimento Lopes

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7744975674695707>

elfanyl@hotmail.com

Adriana Melo Santos

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/536240273373994>

adriana.melo@teixeira.ifbaiano.edu.br

Received: 01/02/2014

Approved: 29/09/2014

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Referencing this:

LOPES, E. R. N.; SANTOS, A. M.. *Turismo e recursos naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo*. **Nature and Conservation**, Aquidabã, v.7, n.1, p.48-60, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.6008/SPC2318-2881.2014.001.0004>

INTRODUÇÃO

Os recursos naturais apresentam sem dúvida, relevante contribuição tanto para a alta biodiversidade de uma área, assim como para atrair e desenvolver o turismo em diversas regiões do país. Os discursos estabelecidos sobre os recursos naturais exigem hoje, ampla compreensão, já que estamos diante de um futuro em que, caminhamos para a mais alta perda de biodiversidade já registrada, em especial de grandes ecossistemas presentes nos biomas brasileiros. Podem-se compreender como recursos naturais, os elementos da natureza que são úteis de algum modo para o homem e por consequência, para toda a sociedade. Determinados como renováveis ou não, estes recursos ao interagir entre si, permitem a geração de ecossistemas e acendem ali, condições favoráveis para o estabelecimento de processos ecossistêmicos entre espécies e o ambiente. Dentre os recursos naturais, podemos citar a fauna existente em um determinado local, assim como a flora e os recursos hídricos.

Os recursos naturais existente em uma unidade de conservação tornam-se de alto valor para atrair e transformar estas áreas como propícias a realização de atividades turísticas, quando permitidas pelo SNUC, oportunizando também, o estímulo ao conhecimento da biodiversidade da área com a realização de pesquisas científicas, o estímulo a uma maior gestão e manejo das unidades de conservação, e principalmente o um desenvolvimento regional de comunidades vizinhas. O desenvolvimento destas comunidades é especialmente importante, pois incentiva também, o conhecimento da cultura popular e gera economia para as mesmas, partes estas, fundamentais para o turismo. Para Barbosa (2011), o turismo é uma atividade que contribui para desenvolver o município, e fortalecer a cultura local. Segundo o autor, a qualidade de vida dos moradores e visitantes depende intimamente da conservação dos recursos naturais através de práticas adequadas da atividade turística.

O turismo como estratégia ascendente da economia, está fortemente atrelado ao aspecto da paisagem, aos atributos naturais existentes nas localidades onde o turismo é incentivado. Andrade (2001) ressalta os aspectos naturais e geográficos das regiões como importantes elementos para caracterizar a diversidade de atrativos locais, que segundo o autor, pode ser entendido como as grutas, planícies, riachos, nascentes de águas, montanhas, cachoeiras, ilhas, rios, lagos e lagoas. Ascendente e cada vez mais normalizado têm sido visto o estabelecimento do turismo em unidade de conservação, justamente pela possibilidade de se aproveitar os aspectos relevantes da natureza como fator de cativação aos turistas. Para Santos Jr. e Pires (2008), esse crescimento do turismo se deu a partir da década de 1980 e tem aumentado nos últimos anos, dada a preocupação com relação às questões ambientais.

As unidades de conservação, embora apresentem diversas problemáticas no que concerne a eficiência em sua gestão, apresentam em sua estrutura, atributos suficientes para estimular a prática do turismo e estimular ainda mais o ecoturismo como aliado para a conservação destas áreas. É nessa perspectiva que se visualiza a prática do turismo rural, da utilização das planícies costeiras e a pratica de arvorismo, trilha, banhos em praias, rios e cachoeiras, dentre outros.

Compreender a relação existente entre os recursos naturais e o turismo é benéfico para concretizar a realização de um turismo ambiental cada vez mais consciente para a conservação ambiental brasileira, sendo, portanto, objetivo central deste trabalho.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo teve início na escolha do tema com base nos constantes estudos realizados na área do turismo e do seu processo de apropriação das áreas de conservação no Brasil. Trata-se de uma discussão bibliográfica, que visa explicar a relação crescente entre o turismo e os recursos naturais dentro das áreas de conservação brasileiras. Para produção desse estudo foi realizada uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa sobre o marco legal das unidades de conservação no Brasil e outra revisão sobre o turismo sustentável e constituem-se como os resultados desta pesquisa, as quais culminaram na integração para uma abordagem discursiva sobre a relação dos recursos naturais e o turismo.

RESULTADOS

O Marco Legal das Unidades de Conservação Brasileiras

O início do pensamento brasileiro sobre o ambiente foi iniciado, de acordo com Barbieri (2006), na década de 1930 pelo poder público. A partir de então, o movimento ganhou força desde então, e já em 1945 criou-se o primeiro refúgio da vida silvestre no Espírito Santo e a Floresta Nacional do Araripe-Apodi abrangendo os estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, em 1946 foram criadas. A partir de então, diversas outras áreas tiveram sua importância para a criação de áreas protegidas, e no que tange a legislação ambiental, as ações fortemente colocadas foram realizadas em 1981 com a Política Nacional de Meio Ambiente, com a Lei n. 6.931//81, a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), além do capítulo dedicado ao meio ambiente na Constituição Federal Brasileira, instituída em 1988, dedicando assim, importante relevância para o meio ambiente.

No que concernem às unidades de conservação no eixo ambiental brasileiro, sua história foi iniciada em 1976. Para Wetterberg et al. (1976), o documento "Uma Análise de Prioridades e Conservação da Natureza na Amazônia" foi de fundamental importância para a criação do sistema de unidades de conservação da natureza. No entanto, segundo Obara e Silva (2001), o Plano de Sistema de Unidades de Conservação do Brasil - I Etapa (1979) e II Etapa (1982), foi o que regulamentou os critérios e as normas técnico-científicos necessárias à criação, implantação e gestão das UCs. O Plano teve relevante importância segundo Freitas (2009), pois visava o levantamento e quantificação das áreas protegidas, inventariar as possíveis áreas para a criação de UCs e de alocar recursos e pessoal para efetivar as UCs até então criadas.

Em 1992, o projeto de Lei nº. 2.892 foi encaminhado ao Senado, para a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, mas somente no ano 2000, foi instituído o Sistema de Unidades de Conservação, através da Lei nº 9.985/2000. De acordo com a referida lei, as Unidades de Conservação são definidas como:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com 37 objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

O sistema instituído pela Lei 9.985/2000, têm por objetivos explícitos para garantir a conservação das áreas: Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; Proteger as espécies ameaçadas de extinção; Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; Promover o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais; Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; Proteger as paisagens naturais de notável beleza cênica; Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; Favorecer condições e promover a educação ambiental, a recreação e o turismo ecológico; proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo as social e economicamente” (BRASIL, 2000).

Com a instituição da política de unidades de conservação, as áreas estabelecidas foram enquadradas em dois grandes grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral: visa preservar a natureza, a partir do uso indireto dos recursos naturais. É exemplos desta categoria a Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e o Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000); Unidades de Uso Sustentável: visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. É exemplos a Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

Importante consideração deve ser relatada sobre a gestão destas unidades de conservação. A gestão destas é fundamental para manejar e fortalecer o potencial destas áreas para diversos fins, desde que previamente estabelecido em legislação. A gestão das UCs encontra-se disposta no artigo 6º, incisos do SNUC, que especifica: “Art. 6º O SNUC será gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições (Brasil, 2000): Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema; Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a

finalidade de coordenar o Sistema; Órgãos executores: o Instituto Chico Mendes e o IBAMA, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação” (BRASIL, 2000).

Após 12 anos de implantação, o sistema de unidades de conservação tem apresentado potencial crescimento. Muito se tem ainda a avançar para atender a uma efetiva conservação ambiental destas áreas, em especial, no tocante a fiscalização, gestão, infra-estrutura e resolução de conflitos nestas áreas.

Turismo Sustentável

O turismo apresenta-se de acordo com Trigo (2003) como um setor da economia com potencial destaque no Brasil e no mundo. Seu crescimento se deu em poucos anos e continua explosivo, revelando um campo de conhecimento em constante expansão e destaque no contexto socioeconômico mundial. Correspondendo a exigências da modernidade a atividade turística encontra-se segmentada com o intuito de melhor satisfazer aos turistas. Segue alguns segmentos de mercado de acordo com Gonçalves & Campos (1998): Turismo de Saúde: praticado por pessoas que visam conseguir benefícios para sua saúde. Turismo Religioso: viagem específica a núcleos receptores reconhecidos como místicos ou que envolvam a fé e os sentimentos de caridade dos crentes ou de pessoas vinculadas à religião. Turismo de Eventos: realizado em função do interesse em participar de reuniões científicas (congressos, seminários, encontros), profissionais (feiras e exposições) e até políticas. Turismo Ecológico: realizado em áreas naturais preservadas, com objetivo de estudar e admirar a paisagem, suas plantas e animais. Turismo Cultural: caracteriza-se pelo interesse em manter contato com outros povos, outras culturas, monumentos artísticos e sítios arqueológicos, visando enriquecimento cultural. Turismo Pedagógico: essa prática inovadora é muito parecida com o turismo cultural, pois suas características são semelhantes. A diferença entre elas é que o local visitado será explorado pedagogicamente, ou seja, será o objeto de estudo de várias disciplinas, não deixando de lado a formação cultural da cidade visitada. Turismo Rural: consiste no conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. O presente estudo visa refletir sobre essa segmentação.

Observa-se o turismo ecológico como um dos segmentos de mercado para o setor, o qual, em potencial crescimento, tem sido projetado para as áreas de conservação estabelecidas no Brasil. O turismo ecológico visa, sobretudo a apreciação dos recursos naturais existentes em uma determinada área e sua prática deve basear-se na concepção da sustentabilidade, a fim de garantir a conservação dos respectivos recursos.

Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro. (Organização Mundial do Turismo - OMT, 1999). Os produtos turísticos pautados na sustentabilidade devem ser formatados em harmonia com o meio ambiente, com as comunidades/culturas locais, garantindo que estas se tornem protagonista desse processo de desenvolvimento.

Essa estratégia de ação integrando turismo e sustentabilidade originou-se na Conferência Globo, em 1990, no Canadá. Na oportunidade os representantes da indústria do turismo, governos, organizações não-governamentais e acadêmicos discutiram a importância do meio ambiente na sustentação do turismo, e como os empreendimentos turísticos mal planejados muitas vezes prejudicam a qualidade do ambiente natural e humano. Sendo assim, sugeriram as seguintes metas para o turismo sustentável: desenvolver maior consciência e compreensão das contribuições significativas que o turismo pode trazer ao meio ambiente e à economia; promover a equidade e o desenvolvimento; melhorar a qualidade de vida da comunidade anfitriã; oferecer experiências de alta qualidade para o visitante e manter a qualidade do meio ambiente do qual dependem os objetivos anteriores.

Quando concebemos a necessidade de um turismo sustentável permanente nas áreas, em especial nas unidades de conservação, é preciso também conceber o papel do turismo no desenvolvimento sustentável. As dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional) são influenciadas pela atividade turística devido os impactos que a atividade proporciona, ou seja, há um conjunto de modificações desencadeadas pelo seu desenvolvimento numa localidade receptora. Para melhor exemplificar tais reflexos, serão identificados abaixo conforme as diversas interfaces existentes: Impactos ambientais positivos do turismo: contribuição financeira direta (turistas) e indireta (fontes governamentais); aperfeiçoamento do planejamento e gerenciamento ambiental; aumento da consciência ambiental; geração de empregos alternativos; Impactos ambientais negativos do turismo: poluição em geral; desordem visual; mudança de comportamento de animais silvestres; lixo não regulamentado; stress ambiental; o insustentável uso da terra e o desflorestamento; construção na beira dos rios, lagos e mares; Impactos socioculturais positivos do turismo: intercâmbio de culturas; conhecimento, preservação e valorização do patrimônio cultural; fortalecimentos regionais; aperfeiçoamento da infraestrutura; criação de programas educativos; Impactos socioculturais negativos do turismo: saturação turística; comprometimento e degradação do atrativo e do patrimônio; capacidade insuficiente de serviços públicos (água, esgoto, energia, etc.); Impactos econômicos positivos do turismo: contribuição do turismo na geração de divisas; geração de renda; geração de empregos; revitalização da atividade econômica; estímulo à atividade empresarial; Impactos econômicos negativos do turismo: risco da super dependência do turismo;

aumento da inflação e elevação dos preços da terra; aumento das importações; sazonalidade e baixa taxa de retorno dos investimentos.

Visando minimizar os impactos negativos citados acima e maximizar os impactos positivos, é necessário que todos os atores envolvidos no segmento possuam plena consciência da dinâmica e versatilidade do mesmo, uma vez que este pode colaborar de maneira decisiva para a proteção e conservação do meio ambiente que repercutirá na melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, além de dinamizar a economia local. Para tanto é fundamental que ocorra um planejamento e investimento, pois os benefícios gerados com certeza serão proporcionais ao trabalho realizado e representarão o processo de desenvolvimento sustentável local.

É incontestável também, a importância do planejamento para o turismo, afinal, trata-se de uma atividade econômica voltada para o desenvolvimento cujas ações devem levar em consideração às necessidades dos grupos envolvidos, as expectativas para o futuro e as experiências já comprovadas, no âmbito do desenvolvimento do turismo sustentável. Esse processo requer uma ampla discussão com representantes da sociedade civil organizada, terceiro setor, iniciativa privada e setor público.

Ao se elaborar um planejamento estratégico do Turismo de forma compartilhada e integrada tem-se como foco a promoção do desenvolvimento sustentável da região, por meio da inclusão social e, conseqüentemente, da geração de emprego e renda, melhor qualidade de vida das populações locais e conservação do ambiente. De acordo com as orientações do Ministério do Turismo o planejamento estratégico deve ter como base as especificidades locais, a valorização e o respeito à diversidade de opiniões e de pontos de vista, os quais decorrem de interesses, necessidades, temores e expectativas de cada região e grupo social. O turismo, como um grande incentivador e promotor do desenvolvimento local e regional, não foge a essa regra. Para que o desenvolvimento por ele promovido seja equilibrado em termos de justiça social, viabilidade e eficiência econômica e sustentabilidade ambiental, é necessário que ele seja instrumentalizado com um planejamento integrado e participativo.

É nesse sentido que o turismo, por envolver uma série de requisitos e condições, visando principalmente à sustentabilidade das regiões onde se desenvolve as atividades, torna-se um setor com potencial crescimento e tem os recursos ambientais como aliado a tal crescimento. Os recursos naturais, dentre eles, tornam-se fundamentais para atingir tal crescimento, mas é preciso garantir o planejamento e a coerência na prática do turismo, despertando assim, a sustentabilidade das áreas naturais.

DISCUSSÃO

O Turismo nas Unidades de Conservação

As unidades de conservação com seu potencial natural apresentam importante destaque paisagístico, que permite e atrai diversas pessoas para a realização de atividades. As belas paisagens, praias, remanescente de matas preservadas, restingas, rios, cachoeiras, são importantes atrativos para o estabelecimento de atividades turísticas nestas áreas.

Importante questão deve ser observada, quanto a permissão da realização destas atividades em unidades de conservação. Para isso, o Sistema de Unidades de Conservação deve ser observado para que seja estabelecido seu efetivo uso a fim de garantir a proteção e manutenção do patrimônio natural brasileiro. Frequentemente, o turismo em unidades de conservação é desenvolvido com o rótulo de ecoturismo, fundamentado numa concepção comercial, mas que pode contribuir com a conservação do ambiente por meio da utilização dos recursos de forma consciente (SANTOS JUNIOR & SOARES, 2008; KINKER, 2002).

De acordo com o SNUC (2000), apenas o Parque Nacional tem como objetivo explícito a realização de turismo ecológico. Santos Jr. e Soares (2008) expõe que os parques tem sofrido mais com a interferência da demanda turística em função do aumento da popularidade do ecoturismo. Outros nove tipos de unidades de conservação permitem de alguma forma a realização de atividades turísticas, sendo que as APAs possibilitam ainda a ocupação humana. As Áreas de Proteção Ambientais apresentam em sua maioria grande potencial para o turismo, pois apresentam diversos atributos naturais e geralmente estão localizadas na costa litorânea, com belas paisagens, praias e vegetação de mata atlântica. Ainda assim, as APAs permitem a ocupação humana, a exploração sustentável dos recursos naturais e uma economia ativa. As tabelas 1 e 2, apresentam as tipologias de unidades de conservação, suas principais características, objetivos e formas de uso.

Tabela 1: Descrição das características, objetivos e usos permitidos nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, a partir do ano 2000 no Brasil.

Categoria da UC	Características e Objetivos	Usos permitidos
Estação Ecológica	Área de domínio público com objetivo de preservação da natureza.	Pesquisa científica com autorização do responsável pela UC.
Reserva Ecológica	Área pública com objetivo de preservação integral dos recursos bióticos.	Pesquisa científica com autorização do responsável pela UC; visitação pública com objetivo educacional.
Parque Nacional	Área extensa com objetivo de preservação de ecossistemas naturais	Pesquisa Científica com autorização do responsável pela UC; visitação pública; atividades educacionais e turismo ecológico.
Monumento Natural	Área com objetivo de preservação de sítios naturais raros.	Visitação pública com restrições e normas do plano de manejo.
Refúgio de Vida Silvestre	Área de proteção de ambientes naturais para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e fauna	Visita pública e pesquisa científica.

Fonte: Adaptado da Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000.

Tabela 2: Descrição das características, objetivos e usos permitidos nas Unidades de Conservação de uso sustentável, a partir do ano 2000 no Brasil.

Categoria da UC	Características e objetivos	Usos permitidos
Área de Proteção Ambiental	Proteger a biodiversidade e atributos abióticos, bióticos, estéticos e culturais; disciplinar o processo de ocupação humana; assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais	Ocupação humana;
Área de Relevante Interesse Ecológico	Área de pequena extensão com poça ou nenhuma ocupação humana; apresenta características naturais ou exemplares raros da biota; manutenção dos ecossistemas regional e local.	Pode ser utilizada a partir de normas e restrições; permite a ocupação humana.
Floresta Nacional	Área com presença de cobertura floresta de espécies geralmente nativas.	Permanência de populações tradicionais que já habitavam a área; uso sustentável.
Reserva Extrativista	Área pública com proteção dos recursos bióticos e da cultura das populações extrativistas e uso sustentável.	Extrativismo sustentável; visitação pública; pesquisas científicas.
Reserva da fauna	Área natural pública com espécies nativas, de origem terrestre ou aquática	Pesquisas científicas ou visitação pública.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Área natural pública com exploração de recursos por populações tradicionais.	Sistemas sustentáveis de exploração de recursos; pesquisas científicas; manejo e cultivo de espécies sujeito ao zoneamento do plano de manejo

Fonte: Adaptado da Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000.

Este trabalho considerou como unidades de conservação potenciais a prática do turismo, todas aquelas que em seus objetivos explicitados na Lei do SNUC, permitem a visitação pública, turismo ecológico, ocupação humana e a existência de sistemas sustentáveis de exploração de recursos. Neste caso, consideraram-se como unidades de conservação potenciais para o turismo, as reservas ecológicas, parques nacionais, monumentos naturais e refúgio da vida silvestre, além das áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna e reserva de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, existem 548 unidades de conservação de proteção integral e 1214 de uso sustentável, delimitando um total de 1762 unidades em todo o país (federal, estadual e municipal) (CNUC/MMA, 2012). Destas, 58,22% são áreas potenciais para a prática do turismo, sendo, um maior destaque para a existência de parques e APAs no território brasileiro, e que, portanto, utilizam os recursos naturais existentes nestas áreas para o desenvolvimento de diversas atividades. A problemática do turismo em unidades de conservação tem sido especialmente o turismo desordenado, que segundo Soares (2007) o desordenamento destas atividades são mais comum no Brasil e em países em desenvolvimento. Além disso, a especulação imobiliária nas áreas com possibilidade de ocupação, o uso desordenado do solo, e exploração dos recursos naturais de forma irregular, muitas vezes pela ausência de fiscalização, tem posto discussões para a regularização desta atividade nas unidades de conservação.

Os Recursos Naturais como Atrativo para o Turismo

Os recursos naturais, ditos renováveis ou não, apresentam importante destaque e interferência em todo o mundo, visto o seu destaque atual, em especial para o debate acerca da

conservação dos bens naturais, se comparado as formas antrópicas de uso. Tulik (1993) faz uma importante consideração, ao afirmar que os recursos naturais são elementos primários da oferta e, embora presentes em todos os lugares, só podem ser considerados como turísticos quando explorados para tal fim. As áreas de grande relevância natural, por se tratarem de potenciais atrativos para a exploração do turismo, têm se colocado de forma vulnerável frente às ações humanas. As Unidades de conservação são grandes exemplos dessa vulnerabilidade, já que possuem seus ecossistemas ameaçados por atividades antrópicas' (ARAÚJO & SOUZA, 2012). .

Uma área com potencial turístico e bem preservada, com paisagens cênicas, vegetação altamente preservação, recursos hídricos em abundância com ausência de poluição, torna o turismo uma importante via econômica. A grande dificuldade encontra-se exatamente em dinamizar o uso e estabelecer um balanço positivo no uso destes recursos a favor da atividade turística. A vegetação brasileira apresenta alto índice de diversidade e apresenta-se essencial em diversos locais, transformando a paisagem local, regional e global. Além de ser útil a nidificação para a fauna em geral, é responsável também pela manutenção dos corpos hídricos existentes.

Da mesma forma a fauna apresenta relevante destaque para atrair o turismo, pois associado a uma vegetação preservada, a fauna torna-se abundante e exuberante. A avifauna torna-se tão abundante a ponto dos turistas se beneficiarem de belos voos, cantos e presença.

Um atrativo também fortemente influenciável para a realização de atividades turísticas está nos recursos hídricos de uma unidade de conservação. Corpos hídricos bem preservados, longe de contaminação por esgotos e ineficiente saneamento básico, possuem excelentes condições para a prática de atividades na água. Neste sentido, rios, cachoeiras, praias e balneários, são importantes aspectos naturais para compor o turismo nestas áreas.

O grande esforço que se deve realizar para associar os recursos naturais ao turismo e estabelecer uma relação saudável entre ambos estão justamente em identificar a capacidade de cada ambiente, de cada unidade de conservação, a partir de suas potencialidades e marco jurídico, utilização sustentável e adequada dos recursos.

Conflitos Ambientais e turísticos: Impactos nos Recursos Naturais

A grande dificuldade em relacionar os recursos naturais e turismo, encontra-se na existência de conflitos ambientais, produzidos a curto, médio e longo prazo pelo turismo, por seus "atores principais". Para Medeiros e Nascimento (2010) os conflitos socioambientais envolvendo unidades de conservação ganharam visibilidade maior nas últimas duas décadas no Brasil, em parte pelo crescimento da consciência ambiental e do turismo e em parte pelo aumento do número das unidades de conservação. De maneira geral, os conflitos socioambientais podem ser conceituados como tipos de conflitos que expressam lutas entre interesses opostos que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum (ARAÚJO & SOUZA, 2012). Para o autor, os interesses se manifestam por meio das comunidades tradicionais, do poder

público e da iniciativa privada e por isso necessitam de amplo debate quando se referem às unidades de conservação.

A possibilidade de explorar os recursos naturais deve ser pensada como fator de atração para estabelecer um turismo sustentável nas unidades de conservação, como preconiza a Lei do SNUC. Importante ressaltar a legalidade da utilização dos recursos naturais em áreas protegidas, e, portanto, os conflitos ambientais devem ser minimizados. Os conflitos ambientais existentes entre a relação natureza x turismo, residem principalmente no uso e ocupação desordenado do solo, desmatamentos, saneamento básico ineficiente, pesca predatória e deposição de lixo.

O uso e ocupação do solo em unidades de conservação, na presença de atividades turísticas, se dão, em razão do atrativo que a região oferece, oportunizando assim, a colonização e urbanização local, com formação de núcleos urbanos. Uma vez estabelecidos ao longo do tempo, todos os indivíduos buscam também a inserção e movimentação de uma economia, passando assim, a extrair da natureza recursos necessários a realização de atividades que visem retorno financeiro. A partir de então, a vegetação passa a ser utilizada e as práticas de desmatamento para obtenção de madeira são realizadas. Muitas vezes as madeiras dão sentido à construção de casas, como lenha para cozimento de alimentos e até mesmo a venda. Unidades de conservação com potencial turístico com bons fragmentos florestais estão altamente suscetíveis a esta prática.

Uma segunda prática de supressão da vegetação se encontra na extração de espécies com potencial ornamental e paisagístico, sendo extraídas com o objetivo direto de venda, assim como a extração de espécies com potencial medicinal. Ainda assim, uma das formas mais comuns de supressão da vegetação se dá pelo estabelecimento de fazendas de espécies agrícolas e criação de animais de pequeno porte, transformando as áreas florestais em pastagens que em longo prazo degradam e expõe o solo. Nesse seguimento, a supressão da vegetação torna-se uma realidade constante, a fauna da área também fica agredida e atingida inevitavelmente. O processo de nidificação fica comprometido, assim como, o habitat e os ecossistemas também ficam prejudicados.

Um aspecto correlacionado para a fauna nessas áreas, também consiste na prática de pesca predatória nas áreas da UC, em especial, por espécies marinhas para abastecimento do comércio e do turismo. Nesse caso, diversas espécies de peixes, camarão, caranguejos e siris são caçados, em manguezais e rios associados à área. A dificuldade reside, em especial, na ausência da postura de respeito do período de reprodução, caça de fêmeas ou de espécies em tamanhos reduzidos. A prática sem dúvida pode associar-se a uma extinção de espécies locais em longo prazo. Com a alta urbanização tanto nas unidades de conservação que permitem a ocupação humana, como a habitação em torno destas e das demais UCs, comprometem de forma significativa os recursos hídricos próximos, caso o saneamento não possua o destino de lixos e esgotamento sanitário de forma correta, propiciando a contaminação dos corpos hídricos e a instalação de lixos nas áreas da unidade de conservação. As APAs litorâneas apresentam um

importante exemplo da deposição de lixo ao longo da costa, principalmente pelo comércio nas praias, com serviços de barracas e orlas marítimas.

O processo de vinculação do turismo com os recursos naturais, ainda detém a necessidade de um amplo debate. Inquestionavelmente, os recursos naturais auxilia a realização do turismo, assim como o turismo propicia o desenvolvimento de uma determinada área. Ambos encontram-se associados. As unidades de conservação apresentam alta riqueza natural, o que faz destas, áreas potenciais para a prática do turismo – o ecoturismo – e a execução nestas, têm sido cada vez mais efetivas, a exemplo dos parques. A ausência de um manejo integrado das unidades de conservação e também de uma ausência de planejamento do turismo nas unidades de conservação, pode ser hoje, os principais entraves para a ausência de um turismo sustentável e conservação ambiental destas áreas. A ausência de uma educação ambiental nos turistas, não permite uma visão crítica da necessidade de um turismo sustentável, e por isso, compromete as áreas naturais com um turismo desordenado que acarreta uma série de impactos ambientais negativos.

Avançar na concepção de uma prática de turismo pautada na conservação ambiental é preciso, dentro e fora das unidades de conservação. No entanto, no caso das áreas definidas para a conservação, práticas sustentáveis são necessárias para garantir os objetivos das mesmas e valorização do aspecto ambiental, especialmente dos recursos naturais, favorecendo e fortalecendo o turismo sustentável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. V.. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2001.

ARAÚJO, L. R. R.; SOUZA, R. M.. Territorialidade, conflitos socioambientais e a atividade turística em unidades de conservação: uma discussão conceitual. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aracajú, v. 5, n.2, p.19-27, 2012. DOI: 10.6008/ESS1983-8344.2012.002.0002

BRASIL. **Lei n.9.985, de 18 de Julho de 2000**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Brasília, 18 jul 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. 2014.
BARBIERI, J. C.. **Gestão Ambiental Empresarial**: Conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARBOSA, L. M.; NUNES, J. C.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. M. B.; CALVÃO, L. B.. Recursos naturais e potencialidade turística: um caminho para o desenvolvimento de nova Xavantina-MT, Brasil. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v.7, n.12, p. 1-19, 2011.

CAMPOS, L. C. A. M.; GONÇALVES, M. H. B.. **Introdução a turismo e hotelaria**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998.

FREITAS, I. F.. **Unidades de Conservação no Brasil**: O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas e a viabilização da zona de amortecimento. Campinas: UEC, 2009.

KINKER, S.. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.

MEDEIROS, M.; NASCIMENTO, E.. Turismo, unidade de conservação e conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): o caso da comunidade da Vila do Aventureiro. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 10, n.3, p. 46-60. 2010.

OBARA, A. T.; SILVA, E. S.. População Humana, Biodiversidade e Unidades de Conservação do Brasil. In: VILLALOBOS. J.U.G.. **Terra e Agricultura**. Maringá, p.1-19, 2001.

SANTOS JÚNIOR, O. D.; PIRES, P S.. Turismo em Unidades de Conservação: adaptação do método visitor activity anagement process (VAMP) para a caracterização do uso público e o manejo de visitantes no parque Estadual da Ilha do Mel (PR). **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v.5, n. 1, p. 59-79. 2008.

SOARES, M.. Impactos do turismo: os efeitos do ecoturismo em unidades de conservação. **Revista de Turismo**, v.2, n. 2, 2007.

TRIGO, L. G. G.. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 4 ed. Campinas: Papirus, 2003.

TULIK, O.. Recursos naturais e turismo. Tendências contemporâneas. **Turismo em Análise**, São Paulo, v.4, n.2, p. 26-36, 1993.

WETTERBERG, G. B.; PÁDUA, M. T. J.; CASTRO, C. S.. **Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia**. Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPE). PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, Série Técnica 8. 1976.